



ENSP/FIOCRUZ

Curso de Especialização em Direitos Humanos,
Relações Étnico-Raciais e Saúde – 2024

*Vitória Regina Silva Góes*¹

Desafios históricos, desde a invasão de Pindorama, à formação do Estado-nação Brasil²

Acredito que na caminhada que escolhemos para traçar nossos afetos, transformações e inspirações, a trilhamos também por aquilo que somos, nos identificamos e somos atravessados. A escolha do texto “A Esquerda Esotérica”, de Rodrigo Emídio (Geógrafo e professor na rede estadual e municipal Goiânia/GO)², de imediato me pulsou a vontade de escrever, dialogar e expor minhas percepções sobre tal assunto. Enquanto pessoa branca que vem compreendendo os impactos históricos da Branquitude nos territórios colonizados, já fui - e ora ou outra permaneço sendo - confrontada com os perfis e estereótipos expostos pelo autor. Seja pelos grupos ou pessoas que conheci, ambientes que trabalhei, espaços que ocupo enquanto ativista e profissional da saúde - temas que envolvem luta política, práticas em saúde e espiritualidade são fundamentais para analisarmos como a colonialidade segue perfurando as relações étnico-raciais no Brasil.

Partimos de um território que vivencia há séculos ciclos de exploração e violência ainda não rompidos. E que, apesar das histórias sobre os gritos de independência ou da falsa abolição, permanece sendo ameaçado cotidianamente por projetos políticos que preveem sistematicamente o genocídio de povos e comunidades que não correspondem aos ideais de humanidade e civilidade propostos pela universalidade eurocentrada.

Desde os navios negreiros e o tráfico de pessoas africanas na condição de escravizadas por governos europeus; desde a invasão ao território de Pindorama e a caça aos povos indígenas para domesticação e catequização forçada; desde as senzalas, práticas de tortura e desumanização em larga escala; desde o roubo de terras, de riquezas naturais e de conhecimentos originários: a formação do Estado-nação Brasil é acompanhada por desafios históricos quanto à sua constituição étnico-racial, ocupação territorial e diversidade cultural.

¹ Psicóloga.

² Resenha do artigo “A Esquerda Esotérica” (Rodrigo Emídio, 03/06/24), publicado na coluna Opinião do Blog Multiplicadores em Vigilância em Saúde do Trabalhador, entregue à disciplina “SUS: a expressão de um desejo”, Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.

Rodrigo apresenta, de maneira crítica e satírica, relações e dinâmicas sociais que dizem sobre expressões e funcionamentos de grupos por ele identificados como “esquerdistas esotéricos”. Tal perfil ganha visibilidade por assumir determinados padrões de forma superficial e sem engajamento político e por isso, através das palavras do autor, são expostos ao ridículo. A ausência de criticidade e a apropriação de conceitos pertencentes a movimentos e ideologias antagônicas àquelas que representam, geram incômodos às reflexões que tomam com base as complexidades raciais e étnico-culturais.

Apesar de não estar em evidência, a realidade exposta na crônica de Rodrigo possui como problemática central o racismo, o epistemicídio e a apropriação cultural e religiosa. A origem dos comportamentos apresentados está intrinsecamente relacionada com o modo de produção colonial e capitalista que se espalhou por diversos cantos do mundo, inclusive no Brasil. A dominação e a expropriação, como fundamentos da colonização, vão assumindo diferentes expressões no processo de constituição do capitalismo e da globalização para a imposição de modelos hegemônicos europeus visando o “progresso e avanço” das sociedades.

Quando Rodrigo destaca logo no início, o uso da linguagem com elementos hinduístas ou o uso de representações religiosas como “Oxum, Buda, São Jorge e Shiva” por pessoas que pouco ou nada se relacionam originalmente com essas referências, é possível identificar o contínuo processo de distorção e abuso das tradições de povos ancestrais a partir de uma lógica consumista e que supervaloriza a estética em detrimento do compromisso com a tradição. Inclusive, podemos observar a mesma problemática com o uso de cocares indígenas por pessoas brancas de forma descontextualizada.

Através das obras de Kabenguele Munanga (2009), antropólogo e professor brasileiro-congolês, como também de Geni Núñez (2023), psicóloga e ativista indígena guarani, tais comportamentos podem ser lidos como frutos de uma estrutura nomeada de Branquitude, que permite que indivíduos se autorizem a utilizarem constructos e narrativas de culturas que não lhes pertencem para saciar desejos e fetiches individuais, utilizando-se seus privilégios políticos, econômicos e sociais. Assumindo apenas a dimensão visual e de status social, relegam a historicidade da exploração e marginalização enfrentadas por essas mesmas culturas, fragmentando a realidade e apoderando-se somente daquilo que lhes convém.

Um exemplo é o uso do lugar de “Pajé” ou “Pai de Santo” cada vez mais recorrente por uma branquitude acrítica. Através do acesso aos rituais de cura com medicinas indígenas (como Ayahuasca, rapé, kampu e outras), ou iniciações em terreiros de Umbanda e Candomblé, forjam-se com facilidade no papel de curandeiros ou mentores espirituais sem assumir o ônus da repressão que essas figuras são submetidas historicamente. A passibilidade branca, que lhes é conferida diante do mito da democracia racial, não permite que sejam afetados pela intolerância religiosa da mesma maneira que as pessoas indígenas e afro-brasileiras - mesmo quando ocupam os mesmos “lugares” dentro da religião.

Numa sociedade que por séculos promoveu o apagamento e a perseguição de religiões e expressões de espiritualidade que não correspondiam à imposição do cristianismo europeu, o racismo mostra-se como um fator estruturante dessas manifestações ainda na atualidade. São oriundas das colônias de catequização forçada e do que hoje conhecemos como fundamentalismo cristão, práticas de intolerância religiosa que se apoiam em conjuntos de normas morais explícitas e implícitas e que se desdobram, muitas vezes, em ações de extrema opressão e violência. Pois são os territórios indígenas e as comunidades negras, que continuam a ter suas Casas de Reza e Terreiros incendiados e suas lideranças religiosas perseguidas e assassinadas (Cruz, 2022).

Tais fatores incidem consistentemente na construção da medicina e da perspectiva hegemônica da saúde no Brasil. A legitimidade encontrada hoje nas formações acadêmicas de Medicina, foi instituída a partir de uma herança de usurpação de saberes e técnicas indígenas e africanas, as quais foram subordinadas às métricas eurocêntricas para delimitar o que seria ou não considerado ciência e o que poderia ou não ser aplicado legalmente enquanto medicina.

A fragmentação da saúde com a espiritualidade e com a noção de território, assim como a diferenciação e separação entre corpo-mente pela ciência cartesiana, trouxeram impactos profundos que se refletem na grande dificuldade de se aplicar de maneira consistente, uma prática diferenciada em saúde que respeite e dialogue com as particularidades culturais, linguísticas e cosmológicas das populações indígenas, quilombolas, negras e de comunidades tradicionais. Da perseguição e tortura de curandeiros e benzedoras às patentes internacionais forçadas pela indústria farmacêutica a partir das sabedorias originárias, a Medicina no Brasil também se faz constituída pelo racismo científico e tentativas de acultramento.

Falando em território, quando Rodrigo menciona: “Até gostam da ideia da Reforma Agrária, mas, para finalidades práticas, compram chacarzinhas agroecológicas. Se for em um condomínio fechado, por mérito de segurança, temos a realização perfeita da utopia de retorno à natureza. Esta gente de bem e de esquerda não abre mão de ajudantes para os trabalhos com a terra (...)”, é possível identificar alguns dos desdobramentos do roubo de terras e do trabalho forçado que fundaram o Brasil por pelo menos quatro séculos. Práticas que, mesmo de formas veladas, permanecem nas narrativas da branquitude como modelo de civilização, bem-estar e prosperidade. Repartições e fronteiras que serviram aos interesses econômicos e políticos das nações européias e que fizeram de Abya Yala, um lugar chamado América, e que desde então, apesar de sua imensa diversidade étnico-cultural e riqueza ambiental, permanece amordaçado pela monocultura, pela limpeza étnica e pelo êxodo rural acompanhado da gentrificação e do racismo ambiental.

Joelson Ferreira (com Erahsto Felício), liderança popular na Bahia e um dos fundadores da articulação nacional Teia dos Povos, comenta em seu livro “Por Terra e Território: Caminhos para a Revolução dos Povos no Brasil” (2021), o enfrentamento ao latifúndio, à privatização das terras e à consequente

marginalização das populações pretas, indígenas, quilombolas, pobres, de comunidades tradicionais e periféricas, não se concretizará a partir de iniciativas liberais e individualistas que buscam o apaziguamento das angústias sociais.

A negação das desigualdades a partir de contextos moldados pelo distanciamento das mazelas e injustiças sociais, possibilitam existências como essas apresentadas em “A esquerda esotérica”. Estas, por sua vez, estruturalmente sustentadas pelo avanço de ideologias e projetos que priorizam o produtivismo a qualquer custo, acabam por corroborar com a destruição das soberanias e autonomias dos povos e territórios tradicionais, quando falamos de proteção e preservação ambiental e do cultivo de perspectivas comunitárias mais sustentáveis.

Ao olharmos o princípio de integralidade do SUS, observa-se a reivindicação de um cuidado em saúde que esteja articulado a outros pilares da vida: moradia digna, segurança alimentar, educação de qualidade, acesso à cultura, lazer, saneamento básico, água potável, proteção territorial, segurança pública, entre outros. No entanto, o que temos com a privatização da educação e o epistemicídio que permanece negando paradigmas tradicionais e populares para se pensar a saúde enquanto um fazer coletivo, é a formação de profissionais em saúde cada vez mais mecanizados e desconectados de fontes de aprendizado que incidem na criticidade sobre a realização de um trabalho que estimule a transformação social, a autonomia e a liberdade. Formam-se técnicos despreparados para atuar com as diferentes coletividades e suas interseccionalidades, tão como, para considerar as dinâmicas culturais e comunitárias do próprio território na construção de um projeto terapêutico e no cuidado compartilhado da saúde.

Na medida em que há o sucateamento e o desinvestimento no setor público, cresce a participação de fundações privadas e multinacionais de serviços em saúde no funcionamento da política pública. Dessa maneira, a saúde vem deixando de ser um direito público e para todos, tornando-se um produto, em que além de parametrizado a pequenos grupos privilegiados, impõem um paradigma de “vida saudável” alheio à grande parte da população. Quem se beneficia de uma realidade onde a saúde precisa ser comprada pelo trabalho explorado de outrem, são esses mesmos herdeiros da herança colonial presente nos condomínios privados e chácaras agroecológicas (“Ecologia sem luta de classes é jardinagem!”, já dizia Chico Mendes (1944-1988)).

As políticas de embranquecimento para a formação da sociedade brasileira, oficializadas desde o século XIX, corroboraram também com a criação de um imaginário de saúde muito aquém das realidades periféricas, faveladas, campesinas e aldeadas da sociedade brasileira (Nascimento, 2016). A dificuldade de reconhecimento de práticas tradicionais de cura, da abertura para diálogos interculturais na construção de um projeto terapêutico, do uso de medicinas naturais ou até mesmo de implementação das Farmácias Vivas dentro dos dispositivos do SUS, ainda são fatores de violência em meio às tradições ancestrais e à historicidade originária, africana, e posteriormente, sertaneja, caiçara, cigana, entre tantas outras afirmações dessa pluralidade étnico-racial e socioterritorial existente no Brasil.

Assim, Rodrigo expõe uma realidade que é vendida pela branquitude como fetiche na propaganda da saúde, do bem-estar, da ascensão e reconhecimento social. Entretanto, o trabalho de Lia Vainer (2016), nos ajuda a refletir que ao tocar a criticidade em meio às contradições, é preciso estar atento para que o amortecimento da culpa branca não seja a estratégia adotada no processo de tomada de consciência sobre a desigualdade e o racismo no Brasil. A necessidade de quebra do pacto da branquitude, como afirma Cida Bento (2022), é caminho para a responsabilização coletiva na reconstrução de uma sociedade antirracista - como também o é, no campo da saúde.

Por fim, é preciso acreditar e fomentar possibilidades de reeducação das experiências e referências de saúde, de nossa formação política e comunitária; é contribuir com iniciativas de fortalecimento cultural e territorial, para que a sociedade, de forma geral, construa subsídio para um combate contínuo e consistente diante dessas estruturas de desumanização e destruição da natureza.

O parasitismo cultural e espiritual que toma na modernidade, novas formas de atuação, precisa ser exposto e denunciado, inclusive dentro das práticas em saúde. O movimento de reparação histórica e social aos povos historicamente oprimidos através das políticas públicas em saúde precisa de fato agregar saberes e conhecimentos tradicionais, garantindo espaço e participação da comunidade e das referências legítimas de pertencimento étnico-racial na produção epistêmica e na implementação desse fazer. Através do engajamento político e da luta pela construção de autonomia e soberania dos povos e territórios, talvez seja possível falar em saúde diferenciada e direito à saúde de qualidade para todas as pessoas.

Referências:

- Bento, Cida. *O pacto da branquitude*. Companhia das letras, 2022.
- Cruz, Felipe Sotto Maior. *Letalidade branca: Negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio*. 2022.
- Ferreira, Joelson; Felício, Erahsto. *Por Terra e Território: Caminhos para a Revolução dos Povos no Brasil*. Teia dos Povos, 2021.
- Longhini, Geni Daniela Núñez. "Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário." *Psicologia & Sociedade* 35 (2023): e277101.
- Munanga, Kabengele. *Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos*. Autêntica Editora, 2019.
- Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016.
- Vainer, Lia. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. Veneta, 2016.